

INFORMAÇÃO SEMANAL

	PÁG
✓ FLASH INFORMATIVO	1
✓ NOTÍCIAS DE MERCADOS	2
✓ BOLSA DO PORCO	6
✓ BOLSA DO BOVINO	7
✓ PREÇOS MÉDIOS NA PRODUÇÃO DE PRODUTOS PECUÁRIOS	8
✓ PREÇO DOS CEREAIS NO MERCADO INTERNO	9
✓ COTAÇÕES INTERNACIONAIS DE MATÉRIAS-PRIMAS	10
✓ LEGISLAÇÃO NACIONAL E COMUNITÁRIA	12
✓ RECORTES DA IMPRENSA	13
✓ WORKSHOP “SOLUÇÕES EM NUTRIÇÃO ANIMAL CONTRA A RESISTÊNCIA AOS ANTIMICROBIANOS”	18
✓ CURSO LEGISLAÇÃO APLICÁVEL AO SETOR DOS ALIMENTOS PARA ANIMAIS	19

Av. 5 de Outubro, 21-2º Esq. - 1050-047 LISBOA

www.iaca.pt



iaca@iaca.pt



213 511 770

No quadro do Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD), que reconhece e valoriza o direito à privacidade e proteção dos dados pessoais, a IACA conserva os dados pessoais (nome, morada e endereço eletrónico) exclusivamente para envio da **Informação Semanal**, que nunca serão transmitidos e utilizados para outros fins diferentes daqueles que consentiu.

Lembramos que, a qualquer momento, poderá exercer o direito de retirar o consentimento anteriormente concedido, ou pedir a correção, modificação, restrição, anonimização ou eliminação dos seus dados. Estes direitos podem ser exercidos enviando-nos um e-mail para privacidade@iaca.pt

INFORMAÇÃO SEMANAL

FLASH INFORMATIVO

- **BIOSSEGURANÇA:** Indústria da Alimentação Animal fortemente preocupada com a situação da Peste Suína Africana (PSA)
- **FEFAC:** Principais conclusões da reunião do Colégio de Diretores Gerais realizada em Viena
- **COMPOSTOS ORGANOCLORADOS:** Períodos de transição para a aplicação de novos limites máximos admissíveis em pesticidas
- **BOLSA DO PORCO (20/08/18):** Tendência de descida (-0.040 €/kg carcaça)
- **BOLSA DO BOVINO (21/08/18):** Manutenção em todas as categorias
- **PREÇOS MÉDIOS DE PRODUTOS PECUÁRIOS (semana de 17/09/18 a 23/09/18):**
 - AVES:** Tendência mista de manutenção e descida no frango e subida nos ovos
 - BOVINOS:** Tendência de estabilidade
 - SUÍNOS:** Tendência de descida
 - OVINOS:** Subida no Alentejo Litoral, Castelo Branco e Ribatejo; manutenção nos restantes mercados
- **COTAÇÕES INTERNACIONAIS DE MATÉRIAS-PRIMAS**
- **LEGISLAÇÃO:** Regulamento de Execução (UE) 2018/1254 da Comissão de 19 de setembro de 2018 (Riboflavina), Decisão de Execução (UE) 2018/1280 da Comissão de 21 de setembro de 2018, Decisão de Execução (UE) 2018/1281 da Comissão de 21 de setembro de 2018 e Decisão de Execução (UE) 2018/1282 da Comissão de 21 de setembro de 2018 (PSA)
- **RECORTES DE IMPRENSA:** Destaque para o Programa Nacional de Regadios e para a viagem do Ministro da Agricultura à Áustria debater a PAC Pós-2020
- **WORKSHOP IACA/FEFAC NA FMV, DIA 09 DE OUTUBRO**

BIOSSEGURANÇA – Indústria da Alimentação Animal fortemente preocupada com a Peste Suína Africana

A 32ª reunião do Colégio dos Diretores da FEFAC, realizada em Viena no passado dia 7 de setembro, coorganizada pela associação austríaca de alimentos para animais, VFÖ, contou com a presença dos Secretários-Gerais das Associação de 16 membros da FEFAC (entre as quais a IACA), Nick Major, Presidente daquela organização europeia, e Christoph Henöckl, Presidente da VFÖ.

Foram discutidos os seguintes dossiers, bem como as recomendações para o Praesidium:

- O Diretor-Geral da Agricultura e Desenvolvimento Rural, Johannes Fankhauser, confirmou o elevado nível de prioridade das propostas da reforma da PAC pós 2020 e do Quadro financeiro plurianual (QFP) para a Presidência austríaca, salientando a sua intenção de apresentar um relatório intercalar na reunião do Conselho sobre a produção animal a decorrer em outubro. Apontou igualmente a proposta da Comissão relativa às práticas comerciais desleais como uma das principais prioridades de trabalho.
- Salientou que a proposta de redução do orçamento da PAC para o desenvolvimento rural era inaceitável para a Áustria (tal como para Portugal), tendo também em conta a preocupação geral e a oposição da Áustria aos pagamentos associados. No entanto, sublinhou o apoio total a uma ligação entre a iniciativa do Plano Europeu para a Proteína e a futura PAC, observando o impacto positivo das medidas atuais da PAC que já levaram a um aumento de 5% da área de soja no espaço da UE, apontando as oportunidades de mercado para o setor da produção de proteínas vegetais não GM e biológicas.
- O Diretor-Geral austríaco observou ainda que 20% de todas as explorações agrícolas na Áustria foram convertidas para produção biológica. Espera um impacto positivo da Conferência de Alto Nível sobre proteínas da UE a 22 e 23 de novembro de 2018, onde o Comissário da agricultura Phil Hogan e a Ministra austríaca da Agricultura, Elisabeth Koestinger, abordarão a perspetiva política sobre a produção de proteínas vegetais na UE.
- Realçou ainda o apelo da FEFAC para garantir o livre acesso ao mercado de proteínas vegetais importadas, referindo-se ao acordo entre a União Europeia e os Estados Unidos da América sobre as importações de soja dos EUA e a necessidade de promover a harmonização das condições de mercado e a igualdade de condições sobre barreiras não tarifárias ao comércio, por exemplo, as novas técnicas de melhoramento de plantas (NBT), os resíduos de pesticidas, mas também na área das regras de rotulagem da UE as alegações de produtos "não-GM" e requisitos de alimentos "não-GM".
- Encorajou o presidente da FEFAC, Nick Major, a levantar estas questões na Conferência sobre o Plano Europeu de Proteínas, mas expressou reservas sobre a disposição da Comissão em lidar com as mesmas. De qualquer forma, a Áustria tem a intenção de apresentar um resumo preliminar do resultado e orientações da Conferência de Viena, na última reunião do Conselho Agrícola em dezembro (a Roménia assume a próxima Presidência e os destinos da Europa no primeiro semestre de 2019), ligando o objetivo de reduzir a falta de capacidade de produção de proteínas vegetais na UE às discussões atuais da PAC pós-2020.

Atualização da situação da PSA e criação de uma Task Force sobre medidas de biossegurança no setor da alimentação animal

As Associações polaca e romena apresentaram atualizações sobre a evolução dos surtos de PSA (peste suína africana) nos seus países e partilharam as suas perspetivas sobre os desenvolvimentos globais da PSA na Rússia, na China e no Sudeste Asiático, o que foi motivo de particular preocupação.

Referiram-se ao transporte rodoviário e aos restos de comida como vetores-chave para a disseminação da doença, bem à frente das infeções por javalis. O Colégio dos Diretores notou também uma taxa crescente nas notificações de Antrax em França e noutros países, ligadas à seca e concordaram em aumentar a consciencialização e medidas proativas no setor dos alimentos compostos para animais.

Recomendaram à FEFAC a criação de uma “Task-Force” dedicada a medidas de biossegurança no setor dos alimentos para animais, aberta a todas as Associações-membro interessadas, sob a liderança de Yvan Dejaegher, Presidente do Comité “Feed Safety Management”.

Numa primeira fase a FEFAC deve inventariar todos os guias de Biossegurança existentes e atualizados, que cubram o transporte de alimentos para animais. Numa segunda fase, deve rever todos os estudos de avaliação de risco disponíveis sobre matérias-primas como vetores para a transmissão do vírus e apoiar as atividades dedicadas ao workshop e formação em gestão de crises a nível nacional, regional e europeia.

A associação romena já anunciou a organização de um Workshop sobre PSA em conjunto com a próxima reunião do Colégio dos Diretores em Bucareste, em fevereiro de 2019, sob a Presidência do Conselho da UE da Roménia.

Entretanto, a situação evoluiu e na sequência dos casos na Bélgica, a questão da biossegurança ganhou ainda maior atualidade, sendo de destacar as recomendações da DGAV e as posições da Fileira, consubstanciadas no comunicado conjunto IACA/FPAS/APIIC.

A Sociedade Científica de Suinicultura também vai realizar um evento a 3 de outubro, mas ainda esta semana, dia 28 de setembro, na FMV da Universidade Lusófona, a biossegurança vai ser um tema em destaque.

Todos os cuidados e medidas são poucos para evitar que a PSA volte a afetar Portugal (e Espanha) o que não deixará de afetar as exportações e o equilíbrio do mercado.

Atualização sobre a autorização da vitamina B2

O Colégio dos Diretores analisou o potencial apoio a alguns Estados-membros na solicitação à DG AGRI, da derrogação para a utilização de fontes de vitamina B2 em alimentos biológicos (Reino Unido, França, Espanha, Polónia). A reunião COPA/COGECA/ FEFANA / FEFAC já produziu resultados concretos.

Por outro lado, foi enfatizada a necessidade da FEFAC em abordar o impacto "de longo prazo" do projeto de Regulamento da Comissão sobre a retirada de autorização da KCCM-10445, nas próximas reuniões dos Comités de “Pré-Misturas e Alimentos Minerais” e de “Nutrição Animal”, a realizar em Lisboa, nos próximos dias 9 e 10 de outubro de 2018.

Implementação de PEFCR e GFLI

Esta reunião vincou ainda a necessidade de fortalecer a divulgação entre os membros e parceiros a nível nacional, da nova ferramenta PEFCR (Product Environment Footprint

Category Rules) e do banco de dados GFLI (Global Feed LCA Institute), destacando os benefícios da sua utilização nas questões ambientais.

Foi recomendado à FEFAC o desenvolvimento de um kit de ferramentas de comunicação para auxiliar as associações nacionais nesta tarefa, já que muitas empresas e parceiros ainda não estão cientes da existência da PEFCR e GFLI, tentando desenvolver as suas próprias ferramentas para medir a pegada ambiental. Concordaram com a abordagem orientada para o mercado do novo modelo de negócio, destacando que não pode ser papel da FEFAC "comercializar" a ferramenta PEFCR a nível nacional e empresarial.

Finalmente, encorajaram ainda a FEFAC a discutir o modelo de associação com os membros do conselho GFLI, a 3 de outubro de 2018, para apresentar uma proposta final sobre o futuro papel da FEFAC, na reunião do Conselho a 6 de dezembro de 2018.

A FEFAC também deve intensificar o contacto com o Dairy PEFCR (setor do leite), para garantir a consistência com o Feed PEFCR.

Fornecimento responsável de soja

O Colégio dos Diretores salientou ainda a importância de colaborar com as autoridades nacionais competentes em matéria de desflorestação e ligação à soja, em particular nos países do grupo da Declaração de Amesterdão (França, Alemanha, Reino Unido, Itália, Países Baixos, Dinamarca (Presidência) e Noruega), tendo em conta que os decisores não conhecem a cadeia de abastecimento da soja.

Saudaram o âmbito do Plano de Ação FEFAC 2018-2020 revisto e proposto pelo Comité de Sustentabilidade, assim como as discussões com o IDH para uma cooperação continuada e tomaram nota do convite, aberto a todas as associações nacionais interessadas para se juntarem à plataforma atual composta por 8 países. A IACA já participa neste projeto.

O próximo encontro com compradores de soja da CGF (*Consumer Goods Forum*, organização mundial que agrupa os principais supermercados a nível global, com membros portugueses como o Pingo Doce ou o Continente) vai ter lugar a 12 de outubro de 2018, em Bruxelas, onde a FEFAC e a FEDIOL serão acompanhadas, pela primeira vez, pela COCERAL.

O Colégio recebeu com satisfação a confirmação da visita dos parceiros brasileiros do MoU a 16 de novembro de 2018, em Utrecht, para a reunião do 3º Grupo Diretor e na semana seguinte (semana 47), oferecendo oportunidades para a realização de workshops nacionais com a delegação do Brasil.

Como é do conhecimento da Indústria, a IACA está diretamente ligada a este Projeto e à implementação e aprovação do Soja Plus, em destaque no Estado do Mato Grosso como projeto piloto, mas que será alargado posteriormente a todo o Brasil.

Governança da FEFAC em discussão

Por último, tendo em conta a necessidade de se alterarem os atuais Estatutos, o Presidente da FEFAC, Nick Major, apresentou os principais aspetos das recomendações do "Grupo de Governança" sobre o novo modelo de tomada de decisão da FEFAC, concentrando-se na Assembleia Geral e na nova estrutura da Direção, com base num cenário relativamente "ousado", discutido em Lyon na reunião do Conselho.

O Praesidium tem agora o mandato do Conselho da FEFAC para apresentar a melhor proposta de decisão, sempre baseada no maior consenso possível.

De uma forma geral, o Colégio dos Diretores concordou sobre a necessidade de simplificação. No entanto, os seus membros realçaram a importância do papel dos Diretores ou Secretários-

Gerais na representação dos pontos de vista dos seus Associados na FEFAC, a necessidade de ter sempre acesso aos documentos do Conselho e expressaram dúvidas quanto à frequência de reuniões do Conselho propostas, equacionando, em alternativa, aumentar o número de reuniões anuais do Colégio de Diretores-Gerais das Associações filiadas na FEFAC.

COMPOSTO ORGANOCLORADOS – Períodos de transição para a aplicação de novos limites máximos admissíveis em pesticidas

Uma coligação de 10 organizações da cadeia alimentar da UE, incluindo a FEFAC, explicou aos membros do SCoPAFF - resíduos de pesticidas (os representantes dos diferentes Estados-membros, onde está presente a DGAV), as suas preocupações quanto às consequências para o comércio, da concessão de períodos de transição muito curtos para a aplicação de novos LMR (inferiores) a pesticidas.

A questão dos períodos de transição em caso de alteração dos LMR para pesticidas assume cada vez mais importância na atual tendência de redução dos LMR de várias substâncias e mesmo a fixação dos LMR ao nível do limite de deteção (0,01 ppm em muitos casos) para substâncias não reautorizadas ou proibidas por razões de segurança (critérios de redução).

A abordagem da Comissão Europeia em caso de alteração das condições de autorização de uma substância na UE é conceder um período de carência (geralmente 15 meses) para os agricultores utilizarem os stocks e depois conceder um período de transição de 6 meses para a aplicação dos novos LMR, após a publicação do ato legislativo.

Pode ser concedida uma exceção, no caso de produtos que foram produzidos na UE ou importados para a UE antes de uma determinada data.

A opinião da Comissão Europeia, expressa numa carta enviada às organizações da UE durante o Verão é que estas medidas devem ser suficientes para evitar perturbações no mercado, uma vez que os operadores se podem preparar para a alteração dos LMR antecipadamente, em caso de preocupação com a segurança alimentar.

As dez organizações (incluindo também a FEDIOL, a COCERAL e a FoodDrinkEurope) lembraram que tal política significa custos da potencial retirada de produtos com vida útil longa e que os contratos internacionais preveem a conformidade dos produtos com as leis no momento da transação, o que significa que não preveem qualquer alteração da lei. Além disso, a UE perdeu para muitos produtos a sua posição de principal destino de exportação, o que significa que os operadores não estão em posição de impor requisitos específicos.

Os representantes do SCoPAFF (NL, FR, IE, DE, EL, FI, NO, UK, IE, DK, SE, EE, CZ) incentivaram os operadores a envidar todos os esforços para antecipar as decisões e chegar aos parceiros de países terceiros. Reconheceram que nem sempre seria possível antecipar as decisões finais do SCoPAFF com bastante antecedência (especialmente para os pareceres da EFSA referentes a “considerações adicionais necessárias”), no entanto para substâncias que se enquadram nos critérios de corte, a direção é sempre clara.

Por outro lado, insistiram na importância de manter os períodos de transição curtos em caso de questões de segurança, embora reconheçam que o período de carência de 15 meses para os agricultores esgotarem os seus stocks não leva em conta considerações de segurança.

A FEFAC, FEDIOL e COCERAL discutirão o acompanhamento desta reunião com os membros do SCoPAFF à luz do seu plano de ação conjunto sobre os limites máximos de resíduos de pesticidas e, em particular, o (já planeado) Workshop conjunto sobre questões relacionadas com os alimentos compostos.

Fonte: IACA / FEFAC

BOLSA DO PORCO

INFORMAÇÃO SEMANAL

Sessão de 20 de setembro de 2018

Descida de 0.040 €
FIXADA NESTA SESSÃO

(Euros /KG/Carça, Classe E, 57% de músculo, entrada Matadouro)

ÚLTIMAS COTAÇÕES REGISTRADAS NA U.E

PAÍS	DATA	EUROS	Nas Condições para:
Espanha	20 de setembro	1,170	Lérida: Euros peso/vivo
França	20 de setembro	1,241	Plérin: em Euros, carça, TMP.
Holanda	14 de setembro	1,360	Utrechtse: em Euros, com 56% de carne
Dinamarca	20 de setembro	1,140	Em Coroas DK, convertido em Euros, carça, 57% de carne
Alemanha	19 de setembro	1,400	Em Euros, carça com 56% de carne

* A Bolsa do Porco passará a apresentar apenas a variação de preço

Ver também em: www.bolsadoporco.com

A próxima sessão realizar-se-á no dia 27 de setembro de 2018 (quinta-feira), pelas 19 horas

A Mesa de Cotações

BOLSA DO BOVINO

INFORMAÇÃO DE MERCADO

SESSÃO Nº 37 de 21 de setembro de 2018

TENDÊNCIA: Manutenção em todas as categorias.

Por unanimidade, a opção voltou a ser de manutenção

Cotações registadas esta semana, em Euros/Kg/Carcaça R

Categoria	Cotação
Novilhos	3,95
Novilhas	3,95
Vitela	4,70
Vacas	2,25

Observações: As cotações estabelecidas na mesa referem-se aos animais vendidos, pagos em função do peso carcaça.

A próxima sessão realizar-se-á na sexta-feira, dia 28 de setembro de 2018, pelas 12:15 horas.

A Mesa de Cotações

PREÇOS MÉDIOS NA PRODUÇÃO DE PRODUTOS PECUÁRIOS

BOVINOS - Cotações nos Principais Mercados de Produção

Mercados	Semana Anterior em €	Semana Corrente em €	Variação
Alentejo Litoral (Produção)			
Novilho 12 a 18 meses Cruz. Charolês EUR/Kg P. Carcaça	3,95	3,95	0,00%
Entre Douro e Minho (Produção)			
Novilho 12 a 18 meses Turina EUR/Kg. P. Carcaça	3,20	3,20	0,00%
Vaca Abate Turina EUR/Kg. P. Carcaça	2,20	2,20	0,00%
Vitelo 3 a 6 meses - Turina EUR/Unidade	250,00	250,00	0,00%
Castelo Branco (Produção)			
Novilho 12 a 18 meses Cruz. Charolês EUR/Kg P. Carcaça	3,85	3,85	0,00%
Novilho 12 a 18 meses Turina EUR/Kg. P. Carcaça	3,45	3,45	0,00%
Coimbra (Produção)			
Novilho 12 a 18 meses Cruz. Charolês EUR/Kg P. Carcaça	4,00	4,00	0,00%
Novilho 12 a 18 meses Turina EUR/Kg. P. Carcaça	3,00	3,00	0,00%
Vitelo 3 a 6 meses - Turina EUR/Unidade	250,00	250,00	0,00%
Elvas (Produção)			
Novilho 12 a 18 meses Cruz. Charolês EUR/Kg P. Carcaça	4,00	4,00	0,00%
Guarda (Produção)			
Novilho 12 a 18 meses Cruz. Charolês EUR/Kg P. Carcaça	4,14	4,14	0,00%
Novilho 12 a 18 meses Turina EUR/Kg. P. Carcaça	3,50	3,50	0,00%
Ribatejo (Produção)			
Novilho 12 a 18 meses Cruz. Charolês EUR/Kg P. Carcaça	3,90	3,90	0,00%
Novilho 12 a 18 meses Turina EUR/Kg. P. Carcaça	3,40	3,40	0,00%
Vaca Abate Cruz. Charolês EUR/Kg. P. Carcaça	2,10	2,10	0,00%
Vaca Abate Turina EUR/Kg. P. Carcaça	1,80	1,80	0,00%
Vitelo 3 a 6 meses - Turina EUR/Unidade	290,00	290,00	0,00%
Évora (Produção)			
Novilho 12 a 18 meses Cruz. Charolês EUR/Kg P. Carcaça	3,93	3,93	0,00%
Vaca Abate Cruz. Charolês EUR/KG. P. Carcaça	3,00	3,00	0,00%

OVINOS - Cotações nos Principais Mercados de Produção

Mercados	Semana Anterior em €	Semana Corrente em €	Variação
Alentejo Litoral (Produção)			
Borrego 22 a 28 Kg. Raça não Especificada EUR/KG. P. Vivo	2,60	3,10	19,23%
Alentejo Norte (Produção)			
Borrego 22 a 28 Kg. Raça não Especificada EUR/KG. P. Vivo	2,50	2,50	0,00%
Beja (Produção)			
Borrego 22 a 28 Kg. Raça não Especificada EUR/KG. P. Vivo	3,00	3,00	0,00%
Castelo Branco (Produção)			
Borrego <12 Kg. Raça não Especificada EUR/Kg. P. Vivo	4,00	4,25	6,25%
Coimbra (Produção)			
Borrego <12 Kg. Raça não Especificada EUR/Kg. P. Vivo	4,00	4,00	0,00%
Cova da Beira (Produção)			
Borrego <12 Kg. Raça não Especificada EUR/Kg. P. Vivo	4,25	4,25	0,00%
Elvas (Produção)			
Borrego 22 a 28 Kg. Raça não Especificada EUR/KG. P. Vivo	3,00	3,00	0,00%
Estremoz (Produção)			
Borrego 22 a 28 Kg. Raça não Especificada EUR/KG. P. Vivo	2,25	2,25	0,00%
Évora (Produção)			
Borrego 22 a 28 Kg. Raça não Especificada EUR/KG. P. Vivo	2,90	2,90	0,00%
Ribatejo (Produção)			
Borrego 22 a 28 Kg. Raça não Especificada EUR/KG. P. Vivo	2,00	2,50	25,00%

AVES / OVOS - Cotações nos Principais Mercados de Produção

Mercados	Semana Anterior em €	Semana Corrente em €	Varição
Dão - Lafões (Produção)			
Frango Vivo -1,8 Kg. EUR/Kg. P. Vivo	0,90	0,90	0,00%
Ovo a peso 60-68 g EUR/KG	0,83	0,85	2,41%
Dão - Lafões (Grossista)			
Frango 65% - 1,1 a 1,3 Kg. EUR/Kg. P. Carcaça	1,50	1,45	-3,33%
Ovo Classificado L (ovotermo) EUR/Dúzia	1,00	1,05	5,00%
Ovo Classificado M (ovotermo) EUR/Dúzia	0,85	0,90	5,88%
Litoral Centro (Grossista)			
Frango 65% - 1,1 a 1,3 Kg. EUR/Kg. P. Carcaça	1,50	1,40	-6,67%
Ovo Classificado L (ovotermo) EUR/Dúzia	0,90	1,00	11,11%
Ovo Classificado M (ovotermo) EUR/Dúzia	0,80	0,90	12,50%
Médio Tejo			
Ribatejo e Oeste			
Frango Vivo -1,8 Kg. EUR/Kg. P. Vivo	0,85	0,85	0,00%
Ovo a peso 60-68 g EUR/KG	0,85	0,90	5,88%
Ovo Classificado L (ovotermo) EUR/Dúzia (Grossista)	1,00	1,10	10,00%
Ovo Classificado M (ovotermo) EUR/Dúzia (Grossista)	0,90	1,00	11,11%
Perú 80% 5,7 a 9,8 Kg. EUR/KG - P. Carcaça (Grossista)	2,16	2,16	0,00%

SUÍNOS - Cotações nos Principais Mercados de Produção

PORCO Classe E (57%)			
Mercados	Semana Anterior em €	Semana Corrente em €	Varição
Alentejo	1,56	1,55	-0,64%
Algarve	2,06	2,03	-1,46%
Beira Interior	1,76	1,73	-1,70%
Beira Litoral	1,58	1,55	-1,90%
Entre Douro e Minho	1,75	1,73	-1,14%
COTAÇÃO MÉDIA NACIONAL (*)	1,72	1,70	-1,16%

* Cotação com base no volume de abate de cada área de mercado

LEITÕES - Cotações nos Principais Mercados de Produção

Mercados	Semana Anterior em €	Semana Corrente em €	Varição
Leitões até 12 Kg			
Alentejo	3,00	3,00	0,00%
Algarve	3,17	3,00	-5,36%
Beira Litoral	3,17	3,17	0,00%
Leitões de 19 a 25 Kg.			
Alentejo	1,90	1,90	0,00%

CEREAIS - PREÇOS DO MERCADO INTERNO

Mercados	Semana Anterior em €	Semana Corrente em €	Varição
LISBOA			
Trigo Mole Forrageiro	202,00	203,00	0,50%
Cevada Forrageira (Hexástica)	208,00	208,00	0,00%
Milho Forrageiro	177,00	173,00	-2,26%

Semana Anterior : De 10 a 16/09/2018

Semana Corrente: De 17 a 23/09/2018

Fonte: SIMA/GPP

COTAÇÕES INTERNACIONAIS DE MATÉRIAS-PRIMAS

OIL WORLD No. 38, Vol. 61

Price Survey

Sept 21, 2018

OILSEEDS, CRUDE OILS, FATS, MEALS & GRAINS : Lowest Representative Asking Prices for Nearest Forward Shipment, in Bulk (excl. import duty, if any, US-\$/Tonne)

	Sept 20 2018	Change	Sept 13 2018	Sept 6 2018	Aug 2018	July 2018	Aug 2017	Oct Aug 17/18	Oct Aug 16/17
Soybeans, Brazil, cif Rott	405	402(a)	425(x)	408
Soybeans, U.S., cif Rotterdam	352 O	-0.8%	355 O	359 O	380	378	390(b)	408	404
Soybean oil, US, fob Gulf	664 S/O	+0.3%	662 S/O	679 S	675	674	797	748	796
Soybean oil, U.S., fob Decatur(c)	603	+0.3%	601	623	614	606	742	672	728
Soybean oil, Dutch, fob ex-mill	746 O	-0.5%	750 S/O	756 S/O	766	775	855	827	845
Soybean oil, Brazil, fob	644 O	-0.2%	648 O	658 O	661	673	764	735	764
Soybean oil, Argentina, fob	632 O	-0.5%	635 O	652 S	645	663	759	733	760
Soy.meal, 44/45%, Hmb, fob exmill	342 O	-2.8%	352 S	348 S	363	382	318	384	337
Soya pell, 47%, Arg, fob	347 O	-1.1%	351 O	344 S	352	376	306	376	331
Soya meal, 49%, Arg, cif Rott	374 O	-2.9%	385 S	378 S	392	411	342	411	361
Soya pell, 48%, Brazil, cif Rott	374 O	-2.6%	384 S	375 S	389	408	331	405	352
Soymeal Yell 48% Ex-Kandla fas	365 O	-1.4%	370 S	370 S	408	434	399	431	380
Groundnuts, US Runners 40/50(d)	1350 S/O	-2.2%	1380 S/O	1380 S/O	1380	1375	1405(e)	1313	1573
Gnd'nt oil, any orig, cif Rott	1265 O/N	0.0%	1265 O/N	1265 O/N	1281	1289	1478	1331	1532
Sunseed, EU, cif Amsterdam	378 O	-0.5%	380 S/O	380 S/O	389	401	397	405	408
Sunseed, fob Black Sea	350 O	0.0%	350 O	352 S/O	363	368	375	378	387
Sunoil, EU, fob N.W.Eur. ports	700 O/D	-1.8%	713 O/D	732 O/D	739	774	806	781	807
Sunoil, Arg., fob	685 O	-2.8%	705 O	715 S	716	721	734	743	740
Sunoil, fob Black Sea	690 O	-1.4%	700 O	706 O/D	717	746	772	753	753
Sunmeal, Ukraine, DAF	230 O/D	0.0%	230 O/D	240 S/O	261	265	177	223	178
Rapeseed, Europe, 00, cif Hamburg	429 O	+0.2%	428 O	435 S	436	422	427	424	431
Rape oil, Dutch, fob ex-mill	833 O	-0.2%	835 O	851 O	853	836	875	844	869
Rape meal, 34%, fob ex-mill Hmb	273 S/O	-1.4%	277 S	285 S	281	268	217	257	226
Corn oil, U.S., fob Midwest	590 S/O	0.0%	590 S	590 S	606	646	811	690	865
Corn oil, U.S., fob Gulf	650 S/O	-1.5%	660 S	660 S	679	709	925	770	982
Olive Oil, Spain, Extra Virgin(f)	3211 S/O	+0.2%	3206 S	3240 S	3180	3303	4501	3848	4065
Palm oil crude, cif Rotterdam(g)	535 O	-3.6%	555 O	566 O	561	590	674	658	727
Palm oil RBD, Mal, fob	538 O	-3.9%	560 S/O	570 S	559	570	651	632	700
Palm oil crude, Indonesia, fob	507 O	-5.2%	535 O	540 O	537	556	658	627	700
Palm olein RBD, Mal, fob	540 O	-4.4%	565 S/O	570 S	583	572	659	636	704
Palm olein RBD, Mal, cif Rott	590 O	-4.1%	615 S/O	620 S/O	613	621	725	689	767
Palm stearin RBD, Mal, fob	527 O	-3.8%	548 S/O	550 S	557	572	640	638	679
Palm stearin RBD, Mal, cif Rott	577 O	-3.5%	598 S/O	600 S	608	622	707	692	742
Palmkern oil, Mal/Indo, cif Rott	860 O/N	+0.6%	855 O/N	885 O/N	900	872	1165	1102	1304
Palmkern exp, 21/23%, cif Rott	188 O	+5.6%	178 O	179 O	205	178	132	167	128
Copra, Phil/Indo, cif N.W.Eur	595 S/O	-1.7%	605 S	600 S	616	614	1052	801	1081
Coconut oil, Phil/Indo, cif Rott	885 O/N	-1.7%	900 O/N	920 O/N	917	917	1604	1200	1629
Copra exp, pell. Phil, domestic	..		188 O	193 S	199	203	169	183	189
Butter, Germany, 25kg, min 82%	6532	+0.3%	6510	6690	6605	6486	7970	6291	5400
Lard, EU, unrefined, 0.5%(h)	706 N/D	+4.7%	674 S	634 S	607	598	778	686	790
Fish oil, any orig, cif N.W.Eur	1400 S/O	0.0%	1400 S	1400 S	1355	1325	1410	1709	1436
Fish oil, Peru, fob	..		1350 S/O	1350 S	1270	1250	1420	1803	1542
Fishmeal, 64/65%, Bremen fca	1495 O	+0.7%	1485 S/O	1485 S	1477	1495	1380	1507	1375
Fishmeal, Peru FAQ, fob	..		1360 S/O	1320 S	1362	1350	1252	1449	1269
Fishmeal Peru fob Super Prime	..		1630 S/O	1580 S	1610	1618	1458	1700	1498
Linseed, Russia, cif N.W.Eur	442 O	-0.7%	445 S/O	460 S/O	447	440	413	439	430
Lin oil, any orig, ex-tank Rott	838 O	-0.2%	840 S/O	875 S/O	874	866	804	836	832
Lin exp, min 41% profat, fot Bel	360 O	-0.8%	363 S/O	362 S/O	364	353	365	375	359
Castor oil, ex-tank Rotterdam	1585 O	+0.3%	1580 S	1585 S	1592	1584	1761	1617	1598
Tung oil, S.America, ex-tank Rot	5150 O	0.0%	5150 S	5290 S	4863	5035	4690	4920	3273
Tallow, US, bleach, fancy, cif Rot	..		740 S	740 S	770	735	912	752	886
Tallow, Edible, US, fob Gulf	760 S/O	0.0%	760 S	780 S	780	740	894	754	880
Wheat, U.S., No. 2, SRW, fob Gulf	213 O	+0.9%	211 O	216 S	236	215	180	206	184
Corn, U.S., No. 3, Yellow, fob Gulf	153 O	-3.8%	159 O	167 S	170	167	161	171	164

(a)Feb shipment. (b)Oct/Nov shipment. (c)Prompt. (d)Shelled basis; cif Rotterdam. (e)Nov shipment. (f)Domestic, fob ex-mill, max. 0.8% ffa. (g)5% ffa, Malaysian/ Indonesian origin. (h)Packers' lard ex-mill. (x) Oct/July average.

Hamburg Market Prices - On Sept 20, 2018 prices closed in EURO per tonne:

Soya meal: fob ex-mill: Sept 289-291a, Oct 290-292a, Nov 295-297a.

Soya oil, crude: fob ex-mill: Sept 640a, Oct/Nov 635a, Dec/Jan 630a.

Rape meal: fob ex-mill: Sept 230-234a, Oct 229-233a, Nov/Jan 228-229a.

Rape oil, refined: Oct 798a, Nov/Jan 798a, Feb/Apr 783a.

Soybean Crush Conversions in Euro per tonne:

First position +48 as of Sept 20 and +55 as of Sept 13.

Rapeseed Crush Conversions in Euro per tonne:

First position +45 as of Sept 20 and +46 as of Sept 13.

Exchange Rate on Sept 20, 2018: 1 EUR = US-\$ 1.1769 and Sept 13, 2018: 1 EUR = US-\$ 1.1620.

Monthly averages: 1 EUR = US-\$: August 2018: 1.1549, July 2018: 1.1686.

Fonte: Oil world

CEREALES Y PIENSOS - Semana 38/2018
Cotizaciones de la Lonja de Mercolleida del viernes 21 de septiembre de 2018

Producto	Tiempo	Posición	14 sep	21 sep	Pago
Trigo panificable nacional/francés	Disp	scd Lleida	210,00	210,00	30 días
Trigo forrajero nacional	Disp	scd Lleida	198,00	198,00	30 días
Trigo forrajero francés	Sep	scd Lleida	197,00	197,00	15 días
Trigo forrajero UE-imp. PE 72	Disp	s/Tarr/almacén	198,00	198,00	Contado
Trigo forrajero UE-imp. PE 72	Sep-dic	s/Tarr/almacén	200,00	200,00	Contado
Trigo forrajero UE-imp. PE 72	Ene-may 2019	s/Tarr/almacén	205,00	205,00	Contado
Cebada PE 64+ nacional	Disp	scd Lleida	183,00	183,00	30 días
Maíz Lleida	Disp	scd Lleida	180,00	180,00	30 días
Maíz francés	Disp	scd Lleida	190,00	190,00	15 días
Maíz importación	Disp	s/Tarr/almacén	173,00	173,00	Contado
Maíz importación	Oct-dic	s/Tarr/almacén	172,00	170,00	Contado
Maíz importación	Ene-may 2019	s/Tarr/almacén	178,00	175,00	Contado
Maíz importación	Sep-dic 2019	s/Tarr/almacén	169,00	169,00	Contado
Colza en grano	Disp	scd Tàrrega	300,00	300,00	30 días
Sorgo importación	Disp	s/Tarr/almacén	186,00	180,00	Contado
Sorgo importación	Sep-dic	s/Tarr/almacén	188,00	180,00	Contado
Harina soja importación 44%	Disp	s/Barna/alm	326,00	321,00	Contado
Harina soja importación 44%	Sep-dic	s/Barna/alm	327,00	322,00	Contado
Harina soja importación 44%	Ene-dic 2019	s/Barna/alm	317,00	319,00	Contado
Harina soja importación 47%	Disp	s/Tarr/Barna/alm	336,00	331,00	Contado
Harina soja importación 47%	Sep-dic	s/Tarr/Barna/alm	337,00	332,00	Contado
Harina soja importación 47%	Ene-dic 2019	s/Tarr/Barna/alm	327,00	329,00	Contado
Harina girasol integral 28%	Disp	sco Tàrrega	Sin oferta	Sin oferta	Contado
Harina girasol integral 28%	Disp-sep	s/Tarr/almacén	Sin oferta	Sin oferta	Contado
Harina girasol integral 28%	Oct-dic	s/Tarr/almacén	180,00	180,00	Contado
Harina girasol alta proteína 34-36%	Disp	s/Tarr/almacén	250,00	250,00	Contado
Harina girasol alta proteína 34-36%	Nov-dic	s/Tarr/almacén	245,00	235,00	Contado
Torta girasol 36%-38%	Disp	s/Tarr/almacén	250,00	250,00	Contado
Torta girasol 36%-38%	Sep-dic	s/Tarr/almacén	245,00	235,00	Contado
Harina colza 00	Disp	sco Tàrrega	Sin oferta	Sin oferta	Contado
Harina colza 00 importación	Disp	s/Tarr/almacén	247,00	247,00	Contado
Harina colza 00 importación	Sep-dic	s/Tarr/almacén	248,00	248,00	Contado
Harina palmiste	Disp	s/Tarr/almacén	175,00	170,00	Contado
Pulpa remolacha importación	Disp	s/Tarr/almacén	200,00	198,00	Contado
Pulpa remolacha importación	Oct-Ene 2019	s/Tarr/almacén	197,00	198,00	Contado
DDG importación EÉUU	Disp	s/Tarr/almacén	224,00	219,00	Contado
DDG importación EÉUU	Oct-dic	s/Tarr/almacén	224,00	219,00	Contado
Guisantes importación	Disp	s/Tarr/almacén	215,00	215,00	Contado
Grasa animal UE 10-12%	Disp	scd Lleida	450,00	455,00	30 días
Grasa animal nacional/UE 3-5%	Disp	scd Lleida	510,00	515,00	30 días
Manteca 1º	Disp	scd Lleida	605,00	605,00	30 días
Manteca 2º	Disp	scd Lleida	590,00	590,00	30 días
Aceite crudo de soja	Disp	s/Barna extract	630,00	620,00	30 días
Aceite de palma	Disp	s/Barna/almacén	529,00	509,00	30 días
Fosfato monocálcico/granel	Sep	scd Lleida	530,00	530,00	30 días
Fosfato bicálcico/granel	Sep	scd Lleida	450,00	450,00	30 días
Cascarilla de soja importación	Disp	s/Tarr/almacén	204,00	204,00	Contado
Cascarilla de soja importación	Oct-dic	s/Tarr/almacén	205,00	205,00	Contado
Salvado trigo hoja/granel	Disp	sco Lleida	223,00	222,00	30 días
Salvado trigo harinilla/granel	Disp	sco Lleida	193,00	192,00	30 días
Salvado trigo cuarta/granel	Disp	sco Lleida	181,00	180,00	30 días

- Disp: disponible - s/sf/sc/d/o: sobre puerto/ferrocarril/camión/destino/origen.

(*) Pocas operaciones. (**) Sin operaciones. (***) Sin oferta. EUR/tn. R: regularización.

Precio de referencia, no vinculante y sujeto a negociación individual.

Fonte: Boletim Mercolleida

LEGISLAÇÃO NACIONAL E COMUNITÁRIA

Jornal Oficial da União Europeia
L 235 – 19 de setembro de 2018

Regulamento (UE) 2018/1246 da Comissão de 18 de setembro de 2018,

Que altera o anexo I do Regulamento (CE) nº 1334/2008 do Parlamento Europeu e do Conselho no que diz respeito à inclusão do destilado pirolenhoso na lista da União de aromas [PDF](#)

Decisão de Execução (UE) 2018/1251 da Comissão de 18 de setembro de 2018,

Relativa à não aprovação da empenetrina como substância ativa existente para utilização em produtos biocidas do tipo 18 [PDF](#)

Jornal Oficial da União Europeia
L 237 – 20 de setembro de 2018

Decisão (UE) 2018/1252 do Conselho de 18 de setembro de 2018,

Relativa à assinatura, em nome da União, do Acordo sob a forma de Troca de Cartas entre a União Europeia e a República Popular da China no respeitante ao processo DS492 União Europeia — Medidas que afetam as concessões pautais de determinados produtos à base de carne de aves de capoeira [PDF](#)

Regulamento de Execução (UE) 2018/1254 da Comissão de 19 de setembro de 2018,

Relativo à recusa da autorização da riboflavina (80 %) produzida por *Bacillus subtilis* KCCM-10445 como aditivo em alimentos para animais pertencente ao grupo funcional vitaminas, provitaminas e substâncias quimicamente bem definidas de efeito semelhante [PDF](#)

Jornal Oficial da União Europeia
L 238 – 21 de setembro de 2018

Regulamento (UE) 2018/1259 da Comissão de 20 de setembro de 2018,

Que altera o Regulamento (UE) nº 873/2012 relativo a medidas de transição referentes à lista da União de aromas e materiais de base estabelecida no anexo I do Regulamento (CE) nº 1334/2008 do Parlamento Europeu e do Conselho, no que diz respeito à prorrogação do período de transição do artigo 4.º relativamente ao aroma «concentrado de sabor a grelhado (vegetal)», nº FL 21.002 [PDF](#)

Regulamento de Execução (UE) 2018/1267 da Comissão de 20 de setembro de 2018,

Que fixa o preço mínimo de venda de leite em pó desnatado para o vigésimo quarto concurso parcial no âmbito do concurso aberto pelo Regulamento de Execução (UE) 2016/2080 [PDF](#)

Jornal Oficial da União Europeia
L 239 – 24 de setembro de 2018

Regulamento (UE) 2018/1277 do Conselho de 18 de setembro de 2018,

Que fixa as restituições à exportação no setor da carne de aves de capoeira [PDF](#)

Decisão de Execução (UE) 2018/1280 da Comissão de 21 de setembro de 2018,

Relativa a determinadas medidas de proteção contra a peste suína africana na Bulgária [notificada com o número C(2018) 6253] [PDF](#)

Decisão de Execução (UE) 2018/1281 da Comissão de 21 de setembro de 2018,

Relativa a determinadas medidas de proteção contra a peste suína africana na Bélgica [notificada com o número C(2018) 6255] [PDF](#)

Decisão de Execução (UE) 2018/1282 da Comissão de 21 de setembro de 2018,

Que altera o anexo da Decisão de Execução 2014/709/UE relativa a medidas de polícia sanitária contra a peste suína africana em determinados Estados-Membros [notificada com o número C(2018) 6256] [PDF](#)

AGRICULTURA E MAR **Actual**

20.setembro.2018

PROGRAMA NACIONAL DE REGADIOS TEM 560 MILHÕES DE EUROS PARA REABILITAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURAS

O Conselho de Ministros aprovou hoje, 20 de Setembro, o Programa Nacional de Regadios (PNRegadios), que visa a expansão, a reabilitação e a modernização dos regadios existentes e a criação de novas áreas regadas.

Este programa permitirá aumentar a resiliência e robustez dos sistemas agrícolas, contribuindo igualmente para a adaptação às alterações climáticas, bem como para a fixação das populações, em particular nas zonas mais debilitadas pela dinâmica de despovoamento, garante o executivo.

No final do Conselho de Ministros, o ministro da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural, Capoulas Santos, afirmou que esta aprovação final do Programa decorreu da contratação do financiamento junto do Banco Europeu de Investimentos e do Banco do Conselho da Europa, para a gestão do qual foi criada a Unidade de Execução do Programa Nacional de Regadios.

560 M€ até 2023

O Programa Nacional de Regadios, apresentado em Março, terá uma dotação final de 560 milhões de euros até 2023.

“Metade do valor já estava assegurada, com apoio comunitário”, afirmou o ministro, explicando que “os restantes 280 milhões de euros foram obtidos através dos empréstimos concedidos pelas instituições bancárias em condições muito vantajosas em termos de prazos, de período de carência e juros”.

Alqueva é uma prioridade

Capoulas Santos referiu que grande parte destes 280 milhões de euros destinam-se “essencialmente à ampliação do regadio em Alqueva”.

“O Governo anterior tinha dado como concluído o projecto de Alqueva, mas nós decidimos que, havendo **disponibilidade água para mais cerca de 50 mil hectares**, seria um erro não aproveitar esta potencialidade disponível”, frisou o ministro.

Capoulas Santos disse ainda que o programa prevê a instalação de “96.400 hectares de regadio até 2023, estimando-se a criação de 10.550 postos de trabalho permanentes”.

Aumentar as exportações

Capoulas Santos disse ainda que espera aprovar, até ao final do ano, “a totalidade dos projectos mais pequenos” e, a partir do próximo ano, ter em execução os grandes projectos.

Trata-se do “mais ambicioso e vasto plano de regadios levado a cabo em Portugal num espaço de tempo tão curto”, afirmou o ministro, acrescentando que o sector da agricultura “está a exportar anualmente acima dos dois dígitos” e a “crescer ao dobro do resto da economia”.

O ministro referiu que a agricultura em Portugal tem uma “vocação de exportação crescente”, sendo o seu crescimento duplo do das restantes exportações, e que a produção tem de aumentar “para substituir as importações”.

Fonte: [Agricultura e Mar Actual](#)

21.setembro.2018

SUINICULTORES TÊM MAIS UM MERCADO ABERTO. JÁ PODEM EXPORTAR PARA O CAMBODJA

Os operadores nacionais já podem exportar carne fresca de suíno e produtos cárneos de suíno para o Cambodja, informa o Ministério da Agricultura.

As empresas podem a partir de agora contactar as Direcções de Serviços de Alimentação e Veterinária da sua Região (DSAVR) ou os serviços competentes das Regiões Autónomas (RA), a fim de conhecerem os requisitos aplicáveis à exportação.

A internacionalização é uma das “vertentes prioritárias da política do Governo”. Por essa razão, “o reforço da competitividade do sector agro-alimentar, através da criação de condições para o aumento das exportações e para a internacionalização das empresas deste sector, é um factor decisivo para o cumprimento daquele desígnio”, explicou Luís Medeiros Vieira, secretário de Estado da Agricultura e Alimentação.

Abertura de 55 mercados

Neste enquadramento, acrescenta Luís Vieira, “estamos a trabalhar de forma intensa e empenhada na abertura de 55 mercados, para viabilização da exportação de 253 produtos, sendo 202 da área animal e 51 da área vegetal, sendo que o XXI Governo Constitucional já abriu 49 mercados, para 181 produtos (140 da área animal e 41 de origem vegetal)”.

Para a exportação para países terceiros é geralmente necessário, previamente ao início da exportação, serem acordados com as autoridades competentes dos países de destino as condições e requisitos fitossanitários ou sanitários que têm que ser cumpridos quer pelos operadores económicos quer pela autoridade competente nacional, na certificação dos produtos a serem exportados.

Trata-se de processos complexos do ponto de vista técnico e que implicam, na maioria das situações, durante o processo de troca de informação entre as autoridades competentes, a realização de visitas técnicas por peritos dos países terceiros para verificação in loco das condições de produção e também dos controlos oficiais realizados aos produtos a exportar, realça o Ministério da Agricultura.

Fonte: [Agricultura e Mar Actual](#)



21.setembro.2018

PETIÇÃO PÚBLICA PARA SEGUROS AGRÍCOLAS OBRIGATÓRIOS

O empresário e consultor agrícola José Martino lançou uma petição pública dirigida ao Presidente da Assembleia da República para apelar aos partidos políticos para elaborarem legislação que imponham a obrigatoriedade dos seguros agrícolas. isto porque, em seu entender “estado atual de funcionamento do sistema de seguros agrícolas de colheita não serve os interesses dos agricultores”.

Na petição, que pode ser lida e assinada [aqui](#), José Martino justifica-a com argumentos como “as alterações climáticas estão a provocar no mundo rural a ocorrência de danos patrimoniais elevados e impossíveis de prever”. Neste sentido, é de opinião que “os apoios públicos para

minorar as perdas destes agricultores devem privilegiar aqueles que fizeram seguro de colheita e outros seguros de infraestruturas e equipamentos, etc.”.

Na petição é também pedida a urgência para “legislar sobre um sistema de seguros agrícolas que pratique preços compatíveis (prémios de seguros) com as margens brutas geradas por cada uma das atividades agrícolas”.

Deste modo é defendida “a obrigatoriedade do seguro agrícola de colheita, idêntico ao seguro automóvel, dado o superior interesse público. Um seguro obrigatório deve prevalecer em detrimento da liberdade contratual de cada empresário agrícola, porque, deste modo, o sistema terá sustentabilidade”.

Newsletter da ANIL

24.setembro.2018

AVANÇOS DA MERCADONA EM PORTUGAL NÃO SURPREENDEM

O anúncio de expansão da Mercadona em território nacional veio “agitar as águas”, abrindo a porta à reflexão sobre esta presença, mas também sobre o peso que assumem hoje as insígnias espanholas na distribuição portuguesa.

Sobre a recém-anunciada estratégia de expansão da Mercadona em território nacional, Pedro Pimentel, diretor geral da Centromarca, atendendo a que foram sendo conhecidas sucessivas localizações, em muitos casos relacionadas com a aquisição de terrenos, considera que já há muito se haviam ultrapassado as quatro lojas anunciadas inicialmente.

Aliás, tão expectável quanto o aumento do valor de investimento, sobretudo “se considerados os restantes investimentos já concretizados ou anunciados (como a sede social, o centro de co-inovação em Matosinhos, a base logística em Laúndos, na Póvoa do Varzim, ou o programa de formação dos colaboradores já contratados)”, reforça o responsável em declarações ao Jornal Económico.

Segundo anunciou o Comité de Direção da empresa de supermercados Mercadona, com base no estabelecido para esta primeira fase de internacionalização, avançar com a abertura de oito a 10 lojas em Portugal no segundo semestre de 2019, dando ainda nota de que o número final será definido em função da evolução das licenças e o avanço das obras.

Apesar de as anunciadas 10 lojas passarem a integrar um setor que conta já com mais de três mil lojas, em seu entender, “é fácil compreender o receio que esta operação de entrada da Mercadona no mercado português está a gerar nos principais competidores”.

E a justificar este impacto aponta não só o sucesso do modelo de negócio implantado em Espanha (onde é destacado líder de mercado, com um êxito assente, substancialmente, na penetração das suas próprias marcas) mas também a “exemplar campanha comunicacional e de relações públicas” que acompanha esta entrada em Portugal e que dá “uma dimensão ao ‘fenómeno’ que ultrapassa claramente a dimensão efetiva da operação”, conclui.

Ainda no contexto da estratégia, a localização, que até agora privilegia exclusivamente o Norte do nosso país, está envolta em alguma expectativa na medida em que não se conhecem planos para futuras implementações noutras zonas do país.

Recorde-se que as lojas vão estar localizadas nos distritos do Porto, Braga e Aveiro, implicando que aos 25 milhões de euros de investimento inicialmente previstos para esta fase somam-se agora mais 75 milhões, alcançando um total de investimento de 100 milhões de euros para o arranque da expansão em Portugal.

Esta opção, na leitura de Pedro Pimentel, pode explicar-se com aspetos que se prendem com a eficiência logística, sendo que o grupo espanhol tem bases logísticas recentes no Norte de Espanha, as quais foram sendo construídas com o objetivo de dar resposta e acompanhar a própria estratégia de expansão da Mercadona no país vizinho.

Importa realçar que o Noroeste Peninsular e, muito especialmente a Galiza, foi a última área eleita no âmbito da expansão da cadeia.

Ainda que a Mercadona figure agora na lista, já extensa, de insígnias espanholas a operar no mercado nacional, como o grupo Dia, a Covirán, o El Corte Inglés e a galega Froiz, para Pedro Pimentel não há sinais de qualquer “ofensiva espanhola” e entre estas empresas há quem não tenha assim tanto sucesso, como é o caso, por exemplo do grupo Dia. E noutros casos, acrescenta, estamos apenas diante de implementações naturais, que se justificam com a proximidade à fronteira portuguesa, sobretudo no que diz respeito às cadeias Froiz ou Covirán, defende este responsável.

Fonte: Jornal Económico

AGRICULTURA E MAR **Actual**

24.setembro.2018

CAPOULAS VAI À ÁUSTRIA DEBATER A PAC PÓS-2020 E AJUDAR A PROJECTAR O FUTURO DO ESPAÇO RURAL

O ministro da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural, Luís Capoulas Santos, participa amanhã, 25 de Setembro, a partir das 9h45, na reunião informal do Conselho de Ministros da Agricultura da União Europeia, na Áustria. O secretário de Estado da Agricultura e Alimentação, Luís Medeiros Vieira, também participa nesta reunião.

Em agenda, esta terça-feira, está um único tema, “A PAC pós-2020: projectar o futuro do espaço rural e da qualidade da produção de alimentos na União Europeia”, que será discutido pelos 28 Estados-membros.

O enfoque estará no desenvolvimento rural, um assunto-chave não só para os agricultores, considerado de interesse geral, tendo em conta o contributo do espaço rural para o sucesso das outras actividades económicas e para o desenvolvimento sustentável, explica uma nota do Gabinete de Capoulas Santos.

Os 3 objectivos de Capoulas

Em curso estão as **negociações para a reforma da Política Agrícola Comum**, para as quais o Ministério da Agricultura tem 3 grandes objectivos centrais: manter o nível de apoio aos agricultores no I Pilar da PAC (ajudas directas), manter o nível de apoio no II Pilar (desenvolvimento rural) e baixar a taxa de co-financiamento nacional proposta pela Comissão Europeia (30%).

“Com os primeiros dois grandes objectivos já alcançados, Portugal procura agora reduzir a taxa de co-financiamento nacional. Neste processo de negociação, Portugal foi pioneiro na apresentação de um documento contendo aquelas que são as prioridades nacionais para este processo de negociação, tendo constituído, com Espanha e França, um grupo de Estados-membros com uma posição comum relativamente ao futuro da PAC”, acrescenta a mesma nota.

Posição comum de mais de 20 Estados-membros

Esse grupo tem vindo a alargar-se e neste momento o número de Estados-membros que o integra ultrapassa as duas dezenas, constituindo uma “posição negocial comum forte e coesa, reveladora da importância vital da PAC no processo de construção europeia”.

O ministro da Agricultura considera que Portugal atingiu já alguns objectivos relevantes ao longo deste processo, assegurando, por exemplo, a manutenção das verbas destinadas às Regiões Ultra-periféricas, nas quais se incluem as Regiões Autónomas dos Açores e Madeira; assegurando também a continuidade do programa VITIS (apoio à reestruturação da vinha); ou ainda a elegibilidade do regadio, entre outros.

No entanto, Capoulas Santos está agora “fortemente empenhado na negociação da taxa de co-financiamento nacional, lembrando que a Comissão Europeia exige a Portugal um desempenho financeiro incompatível com a oneração do orçamento nacional com o encargo proposto”.

Fonte: [Agricultura e Mar Actual](#)

WORKSHOP “SOLUÇÕES EM NUTRIÇÃO ANIMAL CONTRA A RESISTÊNCIA AOS ANTIMICROBIANOS”



WORKSHOP “Soluções em Nutrição Animal contra a Resistência aos Antimicrobianos”

9 outubro 2018

Faculdade de Medicina Veterinária
Avenida da Universidade Técnica, 1300-477 Lisboa - Portugal

13:30 h – 17:30 h

PROGRAMA (Provisório)

13:30 h Registo dos participantes

14:00 – 14:10 h Abertura e boas vindas (IACA, FEFAC & FMV)

14:10 – 16:00 h Sessão 1: Estado-da-Arte das Soluções em Nutrição Animal contra a Resistência a Antimicrobianos e a sua integração nos planos de ação nacionais

- Responsáveis de Resistência a Antimicrobianos – tendência global e ferramentas para o seu controlo (Rui Gabriel, APISA – Associação Portuguesa dos Industriais de Saúde Animal)
- Plano de ação Português sobre Resistência a Antimicrobianos (Representante da DGAV)
- Ingredientes funcionais para alimentação animal – uma revisão das opções (Reinder Sijtsma – Presidente do Comité de Pré-misturas e Alimentos Minerais da FEFAC)
- Estratégias de alimentação – um pré-requisito para a gestão da saúde animal (Predrag Persak – Presidente do Comité de Nutrição Animal)

16:00 – 17:00 h Sessão 2: Mesa redonda

Painel de debate moderado por Alexander Döring (Secretário-Geral FEFAC) com os oradores da sessão 1, Manuel Chaveiro Soares (IACA) e José Manuel Costa (DGAV)

17:00 – 17:10 h Conclusões

17:10 – 18:00 h Prova de especialidades Portuguesas

Patrocínio:



Innovation and trust

Apoio:



Inscrição gratuita e **obrigatória**, até **30 setembro**, através do email: IACA (iaca@iaca.pt)

CURSO SOBRE LEGISLAÇÃO APLICÁVEL AO SETOR DOS ALIMENTOS PARA ANIMAIS

A IACA e a DGAV, através da sua Divisão de Alimentação Animal da Direção de Serviços de Nutrição e Alimentação, vão promover a realização de Cursos sobre legislação aplicável ao setor dos alimentos para animais, por forma a disseminar a nível nacional a informação relevante veiculada através dos cursos que são efetuados ao abrigo do programa “Better Training for Safer Food” (BTSF) da Comissão Europeia.

Pretende-se desta por forma transmitir as disposições legais aplicáveis ao setor dos alimentos para animais, dotando os participantes dos conhecimentos técnicos e científicos necessários ao cumprimento e verificação dos requisitos leais em vigor, bem como relembrar as obrigações que assistem os operadores do setor, permitindo as adequadas e harmonizadas ações de controlo no âmbito das competências e responsabilidades das autoridades competentes nacionais, seja da DGAV a nível do Continente, sejam dos respetivos serviços responsáveis a nível das Regiões Autónomas.

Como referimos em comunicações anteriores, estas ações (3 dias) destinam-se não só aos operadores do Setor e da Fileira da Alimentação Animal, associados e não associados da IACA, mas também aos técnicos dos serviços regionais envolvidos no controlo oficial da alimentação animal.

Iniciámos estas ações de formação na Região Autónoma dos Açores, mais concretamente em Ponta Delgada, São Miguel.

As outras datas previstas para os Cursos, no Continente, são as seguintes:

- [Santarém](#) – 15, 22 e 29 de outubro (**esgotado**)
- [Porto](#) – 16, 23 e 30 de novembro

Podem ainda inscrever-se na sessão que irá decorrer no Porto ou manifestar interesse numa nova sessão a organizar em Santarém para o que devem informar a IACA.

Em anexo enviamos a respetiva Ficha de Inscrição, com todas as informações e detalhes.

Ficamos desde já a aguardar as vossas Inscrições, esperando que esta iniciativa possa ir ao encontro das necessidades das empresas associadas, numa altura em que são inúmeros e complexos os desafios que temos pela frente.

CURSO SOBRE LEGISLAÇÃO APLICÁVEL AO SETOR DOS ALIMENTOS PARA ANIMAIS

Programa

Formadores:

Ana Monteiro (AM), José Costa (JC), Maria João Fradinho (MJF), Sónia Saraiva (SS), Tiago Grosso (TG)

		Tópico 1: Resumo legislativo; Tópico 2: Legislação Alimentar Geral; Tópico 3: Requisitos de higiene do setor; Tópico 4: Comercialização e utilização alimentos		Tópico 3: Requisitos de higiene do setor (cont.) Tópico 4: Comercialização e utilização alimentos; (cont.) Tópico 5: Alimentos medicamentosos; Tópico 6: Aditivos para alimentação animal; Tópico 7: Alimentos "zona cinzenta" Tópico 8: OGM		Tópico 4: Comercialização e utilização alimentos; (cont.) Tópico 9: REACH e CLP; Tópico 10: Substâncias indesejáveis; Tópico 11: "Feed-ban" Tópico 12: Controlo oficial			
09:30		Abertura e boas-vindas						09:30	
09:45	AM JC	Objetivos e apresentação do curso		JC	3.3.	HACCP aplicado ao setor da indústria dos alimentos para animais	MJF	4.5	Disposições de rotulagem de matérias-primas e alimentos compostos
10:00		Apresentação dos participantes						10:00	
10:15			Breve introdução ao processo legislativo da EU					10:15	
10:30	JC	1.1	Importância e desafios aplicáveis ao setor	JC	3.4	Controlo de qualidade e monitorização de dioxinas	AM JC MJF	4.6	Exercícios sobre rotulagem
10:45								10:45	
11:00		Legislação Alimentar Geral (Reg CE 178/2002)		Intervalo		Intervalo		11:00	
11:15	JC	2.1.	Princípios e normas gerais	JC	3.5	Homogeneidade, contaminação cruzada e arrastamento	AM	9.1	Disposições de classificação, rotulagem e embalagem no âmbito do CLP e REACH
11:30			Obrigações dos operadores Sistema RASFF					11:30	
11:45		Intervalo						11:45	
12:00			Higiene dos alimentos animais (Reg. CE 183/2005)	AM	3.6.	Testes de homogeneidade e de contaminação cruzada (aplicação prática)			12:00
12:15	JC	3.1.	Objetivos e âmbito de aplicação				MJF	10.1	Substâncias indesejáveis em alimentos para animais (Dir. 2002/32/CE)
12:30			Registo/Aprovação de estabelecimentos	MJF	4.4	Alimentos dietéticos (Dir. 2008/38/CE)			12:30
12:45			Casos práticos					12:45	
13:00		Almoço		Almoço		Almoço		13:00	
13:15								13:15	
13:30								13:30	
13:45								13:45	
14:00								14:00	
14:15								14:15	
14:30			Requisitos de higiene aplicáveis às atividades desenvolvidas no âmbito da alimentação animal	MJF	5.1	Alimentos Medicamentosos (Dir 90/167/CEE e DL 151/2005) Fabrico e distribuição por grosso: autorizações específicas	JC	10.2	Critérios microbiológicos em alimentos para animais
14:45	JC	3.2.				Disposições de rotulagem			14:45
15:00				TG	5.2	AMR: riscos e estratégias para o setor da alimentação animal	JC	11.1	Prevenção, erradicação e monitorização de EET : "Feed -ban" e SPOA (Reg CE 999/2001;Reg CE 1069/2009; Reg UE 142/2011)
15:15								15:15	
15:30								15:30	
15:45		Intervalo		Intervalo		Intervalo		15:45	
16:00	MJF	4.1	Categorias de alimentos para animais	JC	6.1	Aditivos para alimentação animal (Reg CE 1831/2003) Condições para autorização			16:00
16:15						Disposições de rotulagem	JC	12.1	Controlo oficial no setor dos alimentos para animais
16:30			Comercialização e utilização de alimentos para animais (Reg. CE 767/2009)	MJF	7.1	Alimentos "Zona cinzenta"	SS		16:30
16:45	MJF	4.2						16:45	
17:00								17:00	
17:15			Matérias-primas para alimentação animal: Catálogo vs Registo	JC	8.1	OGM - Alimentos para animais geneticamente modificados (Reg CE 1829 e 1830/2003) Condições para autorização	AM	12.2	Protocolo QUALIACA e outros SPC
17:30	MJF	4.3.				Disposições de rotulagem			17:30
17:45								17:45	
18:00	JC	Resumo e avaliação diária		JC	Resumo e avaliação diária		JC	Resumo e avaliação diária	
18:15								18:15	

CURSO SOBRE LEGISLAÇÃO APLICAVEL AO SETOR DOS ALIMENTOS PARA ANIMAIS

FICHA DE INSCRIÇÃO (Inclui Almoço e Documentação)

Esta ficha deve ser enviada até 10 dias antes do início do curso para:

IACA - Associação Portuguesa dos Industriais de Alimentos Compostos para Animais
Av. 5 de Outubro, 21-2º Esq.º, 1050-047 LISBOA
Telefone: 21 351 17 70 e-mail: iaca@iaca.pt

Associados IACA: 1 INSCRIÇÃO 250,00 €; mais que uma inscrição 200,00 € por pessoa

Não Associados IACA: 1 INSCRIÇÃO 300,00 €; mais que uma inscrição 250,00 € por pessoa

PAGAMENTO DA INSCRIÇÃO: Cheque à Ordem da IACA ou

Transferência Bancária - Banco BPI - Balcão de S. Sebastião
NIB - 0010 0000 47984730001 61
IBAN - PT 5000 100000 4798473000161
Código Swift: BBPIPTPL

Será disponibilizado um Certificado de participação a todos os participantes.

EMPRESA:

MORADA:

CÓDIGO POSTAL: -

Nº DE CONTRIBUINTE:

TEL: E-MAIL:

PARTICIPANTES:

"Junta-se cheque na importância de: Euros"

LOCAL PREFERENCIAL: Porto (Nov/18) .. Santarém (Out/18) .. Açores (Set/18)

Data: Clique ou toque para introduzir uma data.

(Assinatura do responsável)

No quadro do Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD), informamos que a IACA reconhece e valoriza o direito à privacidade dos dados pessoais solicitados nesta ficha de inscrição, os quais são exclusivamente para fins de participação e faturação e cuja conservação apenas permanecerá para o cumprimento das obrigações legais.